



LEI ORDINÁRIA Nº 1.247/2007

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – (Conselho do Fundeb.).

O povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais na CÂMARA MUNICIPAL, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, no âmbito deste Município.-

Art. 2º - O conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 20 membros sendo 10-(dez) titulares e 10-(dez) suplentes tudo conforme com a representação e indicação a seguir citadas:

I-dois representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura indicados pelo chefe do Executivo, sendo um na qualidade de titular e outro como suplente;-

II-dois representantes dos professores das escolas públicas municipais, indicados pela Secretária Municipal de Educação e Cultura, sendo um na qualidade de titular e outro como suplente;-

III-dois representantes dos diretores das escolas públicas municipais, sendo um na qualidade de titular e outro como suplente;-

IV-dois representantes dos servidores técnicos-administrativos das escolas públicas municipais, sendo um na qualidade de titular e outro como suplente;-

V-quatro representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais, dentre os que tiverem disponibilidade para participação das reuniões do conselho, sendo dois na qualidade de titulares e dois como suplentes;-

VI-quatro representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo dois na qualidade de titulares e dois como suplentes;

VII-dois representantes do Conselho Municipal de Educação, sendo um na qualidade de titular e um como suplente;

VIII-dois representantes do Conselho Tutelar, sendo um na qualidade de titular e um como suplente.-

Parág. 1º - Os membros de que tratam os incisos III, IV, V e VI deste artigo serão indicados pelas respectivas representações, após processo eletivo simplificado organizado, de forma verbal, para escolha dos indicados pelos seus respectivos pares.-

Parág. 2º - A indicação referida no art. 1º, caput, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros em exercício, para nomeação dos novos conselheiros escolhidos.-

Parág. 3º - Os conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no parág. 1º, deste artigo.-

Parág. 4º - São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I-o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;-

II-o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do FUNDO, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;-

III-os estudantes que não sejam emancipados; e

IV-os pais de alunos que:

a)-exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou

b)-prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.-

Art. 3º - O suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamentos definitivos decorrentes de:

I-desligamento por motivos particulares;-

II-rompimento do vínculo de que trata o parág. 3º, do art. 2º desta lei; e

III-situação de impedimento previsto no parág. 6º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

Parág. 1º - Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.

Parág. 2º - Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho do FUNDEB.-

Art. 4º - O mandato dos membros do Conselho será de 02-(dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente.-

Art. 5º - Compete ao Conselho do FUNDEB:

I-acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;-

II-supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para a regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;-

III-examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;-

IV-emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

V-outras atribuições que a legislação específica eventualmente estabeleça.-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Parág. Único – O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao órgão que for competente para recebê-la.-

Art. 6º - O Conselho do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pelos seus conselheiros.-

Parág. Único – Está impedido de ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do art. 2º, inciso I, desta lei.-

Art. 7º - Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no art. 3º, a presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.-

Art. 8º - No prazo máximo de 30-(trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize o seu funcionamento.-

Art. 9º - As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros e, extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.-

Parág. Único – As deliberações do conselho serão tomadas pela maioria de seus membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.-

Art. 10 – O conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.-

Art. 11 – A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB se dará mediante as condições seguintes:

I-não será remunerada;-

II-será considerada atividade de relevante interesse social;-

III-assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV-veda, quando os conselheiros forem representantes de professores ou diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a)-exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;-

b)-atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

c)-afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.-

Art. 12 – O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à sua criação e composição.-

Parág. Único – O Município deverá e poderá ceder ao Conselho do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.-

Art. 13 – O Conselho do FUNDEB poderá sempre que julgar conveniente:

I-apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo; e

II-convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.-

Art. 14 – Durante o prazo previsto no parág. 2º, os novos membros deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.-

Art. 15 – As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, do orçamento programa que estiver em vigor, podendo ser suplementadas se houver necessidade.-

Art. 16 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.-

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO
DOIS MIL E SETE. (06/06/2007)

Ver. PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 04/07/2007, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais
At. Legislativo